

Parte 9 – Evolução da Estrutura Agrária Brasileira

Definição de Estrutura Agrária

- Entende-se por *estrutura agrária* as relações de trabalho existentes na agropecuária e o regime de propriedade fundiária existente em uma nação. Essas duas variáveis (relações de trabalho e estrutura fundiária) se relacionam entre si e com o processo de produção da agropecuária.
- A expressão *economia agrária* é, normalmente, utilizada para agregar os estudos sobre a estrutura agrária e suas relações com o processo de produção da agropecuária.
- Economia agrária é diferente de economia agrícola.
- Economia agrícola estuda, principalmente, a evolução e o desempenho da agropecuária, ressaltando como as políticas econômicas (como as agrícolas) e os mercados internacionais afetam esta evolução e estrutura.
- Economia Agrária e Economia Agrícola estudam o mesmo objeto, mas com focos diferentes.

Tópicos estudados nesta parte

- 1) Evolução das relações de trabalho na agropecuária do Brasil.
- 2) Regime de propriedade fundiária no Brasil.
- Não se discutem as relações entre essas duas variáveis e o processo de produção agropecuária.

9.1) Relações de trabalho na agropecuária brasileira

- O uso de mão-de-obra escrava nos períodos colonial e imperial.
- Tipos de mão-de-obra escrava:
 - O uso do indígena
 - O uso do escravo africano
- A relação latifúndio-escravidão.
- Ler o último § da p. 267 e citação da p. 268.

Principais alterações ao longo do tempo

- O escravo como capital imobilizado.
- O binômio latifúndio-escravidão.
- A Lei Áurea de 13/05/1888.
- Formas não completas de trabalho assalariado: o colonato, a parceria e o agregado.
- O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1964 e sua relação com a CLT de 1943. Ler 1º parágrafo da p. 269.

9.1.1 Fontes de Informação sobre mão de obra

- Há três fontes básicas de informações sobre a mão de obra envolvida com a agropecuária:
 - 1) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD),
 - 2) Censos Demográficos,
 - 3) Censos Agropecuários.

	PNAD	Censo Demográfico	Censo Agropecuário
Tipo de informação	PEA e pessoas ocupadas	PEA e pessoas ocupadas	Pessoas ocupadas
Informante	Indivíduos	Indivíduos	Produtores rurais
Periodicidade	Quase anual a partir de 1981	Descontínuo (... 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022)	Descontínuo (... 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017)
Amplitude	pesquisa	inquérito	inquérito
Divisão	Entre categorias de ocupados	Entre categorias de ocupados	Entre categorias e tamanho do estabelecimento agropecuário

A distinção entre PEA e pessoas ocupadas

- População Economicamente Ativa (PEA) é o total de pessoas trabalhando (as quais podem ser remuneradas ou não) e as procurando emprego.
- $PEA = \text{pessoas trabalhando} + \text{pessoas procurando emprego}$
- Pessoas ocupadas = pessoas trabalhando
- O que não se inclui na PEA?
- A PEA segundo as PNAD e Censos Demográficos (semana e ano de referência). Ler o último § da p. 269.

A PEA na PNAD

- O período até 1990: registrava pessoas com no mínimo 10 anos de idade e que trabalhavam no mínimo 15 horas por semana.
- O período após 1992: registra pessoas com no mínimo 10 anos de idade e que trabalhavam no mínimo 1 hora por semana.
- Essas diferenças de metodologia podem ser minimizadas ao se utilizar os microdados da PNAD.
- A contagem da população em 1996 e as PNAD de 1992 a 1997.
- O Conceito de PEA restrita.
- Ler 2º e 3º §§ da p. 271.
- A PNAD tradicional, acima mencionada, foi descontinuada a partir de 2016 e desde 2012 há a PNAD contínua. Esta última é feita trimestralmente, mas apenas contabiliza pessoas com 14 anos ou mais.
- As diferentes versões da PNAD não dão a mesma dimensão de pessoas ocupadas na agropecuária. Em 2015, a PNAD tradicional falava em 12.268 mil pessoas. A PNAD restrita falava em 10.024 mil e a PNAD contínua falava em 8.909 mil pessoas.

Deficiências da PNAD convencional

- Ausência de informações para a área rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003;
- A área rural da região Centro-Oeste só começou a ser avaliada a partir da década de 1980;
- A PNAD não inclui a mão de obra com menos de 10 anos de idade. Há subestimativa do trabalho infantil.

PNAD contínua *versus* a tradicional

- PNAD contínua contabiliza todo o Brasil e permite uma análise demográfica-econômica ao longo do ano, mas não contabiliza a mão de obra com menos de 14 anos.
- As séries de dados não são iguais entre a PNAD contínua e a tradicional.
- Para torná-las compatíveis, é necessário não contabilizar parte do trabalho infantil.

Comparação dos dados sobre pessoas ocupadas na agropecuária em diferentes versões da PNAD (valores em mil pessoas)

ano	PNADconvencional	PNADrestrita	PNADcontínua
2012	12.778	10.879	9.842
2013	12.845	10.696	9.603
2014	13.304	10.885	9.001
2015	12.268	10.024	8.909
2016	-	-	8.799
2017	-	-	8.276
2018	-	-	8.242
2019	-	-	8.223
2020	-	-	8.031
2021	-	-	8.599
2022	-	-	8.456

Fonte: IBGE.

Nota: - dados não existente

Os Censos Demográficos (CD)

- Existem desde o Período Imperial.
- CD já realizados: 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.
- O CD procura ser feito a cada dez anos.
- Entrevistam-se as pessoas, avaliando suas colocações e qualificações.
- A relação entre CD (avalia o universo) e PNAD (uma pesquisa).
- Há diferença do período de referência.
- PNAD e CD não fornecem o mesmo valor para uma mesma variável no mesmo ano.

Os Censos Agropecuários

- O questionário é respondido pelo produtor rural.
- Há múltipla contagem no caso do pequeno produtor e do trabalhador temporário.
- Há informação por tamanho do estabelecimento agropecuário.

Os dados de pessoas ocupadas na agropecuária segundo as PNAD, Censo Demográfico e Censo Agropecuário

- Observe a Tabela 9.1 na página 273.
- É nítido que os valores não são iguais entre as diferentes fontes de informações para o mesmo ano. Compare os dados de 1970 e 1980 entre os censos agropecuário e demográfico; e os dados de 1985 e 1995 entre as PNAD e o Censo Agropecuário.

Como usar as informações

- O pesquisador pode usar os dados das PNADs, Censos Demográficos e Censos Agropecuários de modo alternativo.
- Os Censos Agropecuários permitem avaliar as pessoas ocupadas por tipo de atividade, posição na ocupação e tamanho do estabelecimento agropecuário.
- As PNAD e Censos Demográficos permitem avaliar a especialização e a qualificação da mão de obra. Eles permitem, também, avaliar o local de moradia da mão de obra vinculada à agropecuária e o tipo de atividade realizada pela mão de obra que trabalha na zona rural.

9.1.2) Composição da mão-de-obra ocupada na agropecuária

- O que é pequeno produtor rural?
- A classificação através da renda. Último § da p. 274.
- A classificação através da área (1º § da p. 275).
- A classificação a ser usada:
 - Pequeno produtor: tem até 50 hectares
 - Médio produtor: 50 a 500 hectares
 - Grande produtor: acima de 500 hectares
 - Tabela 9.2 da p. 277.
 - Pequeno produtor pode ser distinto de agricultura familiar.

- Os pequenos produtores representam cerca de 70% do total de mão de obra ocupada na agropecuária.
- Os produtores com até 10 hectares representam cerca de 40% do total de mão de obra ocupada.
- Os pequenos produtores utilizam, principalmente, mão de obra familiar.
- À medida que aumenta o tamanho do estabelecimento agropecuário, há aumento da importância do uso de mão de obra assalariada.
- Entre 1985 e 1995, diminuiu a importância da mão de obra assalariada temporária e aumentou a importância da mão de obra assalariada permanente.

Local de residência e PEA agrícola

- Onde mora a PEA agrícola? Na zona rural ou na zona urbana? Ver dados na Tabela 9.3 da p. 278.
- Na década de 1980, cerca de 20% da PEA agrícola tinha domicílio urbano.
- Essa percentagem era maior para o Centro-Oeste, Sudeste e São Paulo.
- Essa percentagem era menor para o Sul e Nordeste.
- A moradia urbana de parcela expressiva da PEA agrícola leva à maior integração entre os mercados de trabalho urbano e rural.

Atividades não agrícolas na zona rural

- Parte das pessoas que residem na área rural se dedicam a atividades não-agrícolas. Ver dados da Tabela 9.4 da p. 279.
- Em 1981, cerca de 22% da PEA rural se dedicava a atividades não-agrícolas. Em 1992, essa percentagem foi de 23,3%; e em 1997, 28%.
- A diversificação de atividades na zona rural leva a se pensar em políticas que atendam a outras atividades do que apenas a agropecuária. Surge, assim, a distinção entre *desenvolvimento da agropecuária* e *desenvolvimento rural*. E essa diferença implica em distinguir *políticas agrícolas* de *políticas de desenvolvimento do meio rural*.

Pluriatividade da família agrícola e Multifuncionalidade do estabelecimento agropecuário (p. 280)

- *Pluriatividade* é o fato de certos membros da família vivendo no meio rural terem atividades na agropecuária e outros membros da família rural terem atividades não agropecuárias (tanto no meio rural quanto urbano). Exemplos?
- *Multifuncionalidade* do estabelecimento agropecuário é o fato do mesmo não apenas se dedicar à produção agropecuária, mas também servir de área de lazer, hospedagem, para turismo rural ou para apreciação de paisagem. Exemplos?
- Pluriatividade é conceito relacionado à família que vive no meio rural. Multifuncionalidade é conceito relacionado ao imóvel rural.

Exemplos de pluriatividade



Mulheres
rendeiras



Motorista de caminhão
que mora na zona rural e
presta serviços fora de
sua propriedade

Exemplos de multifuncionalidade



Hotel Fazenda.



Ecoturismo



Apreciação de
paisagem

Exemplos de multifuncionalidade do estabelecimento agropecuário



← Produção de energia eólica

Produção de energia solar →



9.2) Evolução da Estrutura Fundiária Brasileira

- A posse da terra sempre teve um grau de concentração elevado na economia brasileira.
 - As raízes históricas dessa concentração são:
 - Sistema de Capitâneas e Sesmarias
 - O binômio latifúndio-escravatura
 - A Lei de Terras de 1850
 - O Código Civil de 1916
- Ler §s da p. 280 e os três primeiros §s da p. 281.

O processo de fragmentação da propriedade agropecuária

- A crise da economia cafeeira na década de 1930 gerou significativo processo de fragmentação da propriedade rural.
- Esta fragmentação da propriedade rural também ocorreu com o processo de colonização do Paraná na década de 1950 e da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980.
- O processo de herança e de diversificação do portfólio também contribuiu para esse processo.

Tamanho médio do estabelecimento agropecuário (Tabela 5.2 da p. 198)

- 1920 \Rightarrow 270 ha
- 1940 \Rightarrow 104 ha
- 1950 \Rightarrow 112 ha
- 1960 \Rightarrow 75 ha
- 1970 \Rightarrow 60 ha
- A reversão:
- 1985 \Rightarrow 65 ha
- 1995 \Rightarrow 73 ha
- Nova queda em 2006 \Rightarrow 64 ha
- Novo aumento em 2017 \Rightarrow 69 ha.
- A agricultura familiar, tradicionalmente detidora de pequena área, em 2017 foi menor do quem 2006.

9.2.1) Fontes de dados sobre número de produtores e suas terras

- Há duas fontes básicas de dados sobre o número de produtores rurais e sobre o uso da terra:
 - Censos Agropecuários, com informações sobre os *estabelecimentos agropecuários*
 - Estatísticas Cadastrais do Incra, com informações para os *imóveis rurais*

Estabelecimento agropecuário (p. 281)

- É “... todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária ...”
- O estabelecimento agropecuário é uma unidade de produção.
- Não se avalia a posse legal ou a propriedade da terra.
- O estabelecimento agropecuário pode ser administrado pelo proprietário, por um arrendatário, por um parceiro ou por um ocupante.

Imóvel rural (p. 282)

- “... é o prédio rústico, de área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do Município ...
- É uma unidade de propriedade.
- O imóvel rural pode ser urbano (4º parágrafo da p. 282).

Estabelecimento agropecuário *versus* imóvel rural

- Estabelecimento agropecuário é unidade de produção e imóvel rural é unidade de propriedade. Em termos comparativos, o primeiro é o dono da loja e o segundo é o dono do prédio em que está a loja. O dono da loja pode não ser o dono do imóvel. E pode o imóvel estar vazio, sem ocupação
- Um estabelecimento agropecuário pode não ser um imóvel rural. **Caso do arrendatário.**
- Um imóvel rural pode não ser um estabelecimento agropecuário. **Caso de uma propriedade abandonada.**
- Um imóvel rural pode abrigar mais de um estabelecimento agropecuário. **Caso em que há no imóvel rural vários parceiros e arrendatários.**
- O número de estabelecimentos é maior do que o número de imóveis rurais, ver dados da Tabela 9.5 da p. 283.

9.2.2) *Concentração e Desigualdade da posse da terra*

- A concentração da posse da terra considera a proporção da área possuída pela grande maioria dos produtores rurais e a proporção possuída pela minoria dos produtores rurais.
- A desigualdade considera as diferenças de concentração de áreas entre os produtores considerados de modo individual.
- Exemplos da distinção: último § da p. 284.

Medidas da *concentração da posse da terra*

- As seguintes medidas da concentração da posse da terra podem ser utilizadas:
 - Proporção da área de terra possuída pelos 50% menores produtores (50-)
 - Proporção da área de terra possuída pelos 5% maiores produtores (5+)
 - Há, também, os 10+, 2+ e 1+.

As medidas de desigualdade

- O Índice de Gini.
- A curva de Lorenz.
- O Índice de Gini varia de zero a 1.

resultados

- *Tabelas 9.6 e 9.7 da p. 286 e 287:*

- Os 50- detêm, no máximo, 4% da área total.
- Os 5+ detêm, no mínimo, 2/3 da área total.
- Os índices de gini são, no mínimo, iguais a 0,83.

- *Tabela 9.8 da p. 288:*

- A concentração e desigualdade são maiores no Nordeste e menores no Sul.
- Alagoas é o estado que apresenta as maiores concentração e desigualdade. Roraima é o estado com menor desigualdade. E Santa Catarina possui a menor concentração da posse da terra.
- Esses fenômenos têm haver com o processo histórico de formação das diferentes regiões do Brasil.

DIFERENÇAS REGIONAIS NA ESTRUTURA AGRÁRIA

- No Nordeste e no Sul do Brasil predominam pequenos estabelecimentos agropecuários, mas com níveis de capitalização e tecnológico distintos.
- No Centro-Oeste predominam grandes produtores rurais.
- No Brasil, não há um setor agropecuário homogêneo. Há diferentes realidades em distintas regiões.
- Ler citação na p. 289.
- Isto é importante para se pensar se questões regionais devem ser incorporadas na política agrícola.